

## DIREITOS HUMANOS

# Governo assina decretos que beneficiam negros e índios

João Pitella Jr.

Da equipe do **Correio**

O Sete de Setembro virou o *Dia do Índio* no Palácio da Alvorada. Do índio e dos negros, portadores de deficiências físicas e refugiados políticos. Como vem fazendo desde 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou o Dia da Independência para assinar, ontem, um pacote de projetos de lei e decretos relativos aos direitos humanos. A festa, nos jardins do Palácio, foi prestigiada por artistas como Gilberto Gil, Zezé Motta e Olívia Byington.

E marcou a reaparição pública da primeira-dama, Ruth Cardoso, que, apesar de não ter comparecido minutos antes à parada militar, garantiu estar se sentindo "muito bem". Ela havia sido internado no sábado, no Hospital das Forças Armadas (HFA), ao sentir uma arritmia cardíaca. Cautelosa, Ruth evitou o sol o tempo todo.

A demarcação de 765 mil hectares de terras indígenas, em doze reservas, foi o ponto alto da solenidade. Elas ficam nos estados do Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rondônia e São Paulo. Até o fim do ano, está prevista a demarcação de mais 12 milhões de hectares. As terras indígenas demarcadas no atual governo já correspondem à soma das áreas da Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria e Portugal.

Fernando Henrique também assinou o título de domínio de 5,3 mil hectares de terras da comunidade Quilombola, de Cachoeira de Piriá, no Pará. Os negros do local são descendentes dos quilombos (comunidades livres) formados pelos escravos africanos no século passado.

As outras medidas não entram em vigor imediatamente, pois ainda precisam ser avaliadas pelo Congresso. Uma delas é a criação de penas alternativas — como a perda de bens — para os condenados à prisão, apresentada em forma de projeto de lei.

Pela "prestação pecuniária", o criminoso pagaria de um a 360 salários-mínimos à sua vítima (ou família), dependendo do valor do dano causado. Se preferisse, poderia repassar os seus bens à vítima. A prestação de serviços à comunidade seria outra pena alternativa.

"A prisão não vem cumprindo o principal objetivo da pena, que é a reintegração social do réu. Como ainda não temos condições de acabar totalmente com a pena privativa da liberdade, a melhor solução é instituir restrições aos direitos do condenado sem tirá-lo do convívio social", disse o ministro da Justiça, Renan Calheiros.

## DEFICIENTES

O governo estima que 16 milhões de portadores de deficiências físicas, em todo o Brasil, serão beneficiados pelo projeto de lei, encaminhado ao Congresso, que visa facilitar o acesso aos meios de transporte e aos prédios públicos e particulares.

O projeto determina que todas as vias, parques e espaços públicos deverão ser adaptados para possibilitar o uso dos deficientes. Os banheiros públicos deverão ter pelo menos um sanitário e um lavatório especiais.

Os semáforos deverão ter sinais sonoros. Nos edifícios públicos, pelo menos um acesso precisará estar adaptado aos deficientes e deverá haver, também, pelo menos um banheiro de fácil acesso. Os locais de espetáculos e aulas terão lugares para os usuários de cadeiras de rodas e seus acompanhantes. Três por cento dos imóveis, nos programas habitacionais do governo, deverão estar reservados aos deficientes.

O projeto determina que as adaptações devem ser iniciadas "a partir do primeiro ano" de vigência da lei, mas não fixa um prazo para a conclusão de todas essas mudanças.

Em outro decreto, o presidente anistia os estrangeiros que estão morando no Brasil em situação irregular. Eles ganham, a partir de agora, um prazo de 90 dias para pedir registro provisório de permanência, válido por dois anos. Ao final do período, poderão pedir a permanência definitiva.

Ele entregou, ainda, medalhas a personalidades que vêm se destacando na defesa dos direitos humanos, como o indigenista Oriando Villas-Boas, o arcebispo do Rio, dom Eugênio Salles, e o desenhista Maurício de Souza, criador da *Turma da Mônica*.